

OSX TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ: 01.021.561/0001-30

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	860.108	1.051.447		
Contas a receber	6	1.483.842	4.525.556		
Adiantamentos		44.157	10.836		
Tributos e contribuições a recuperar	7	464.459	505.988		
Despesas pagas antecipadamente		291	190		
		2.852.857	6.093.727		
Não circulante					
Despesas pagas antecipadamente - LP		4.400	4.400		
Imobilizado	8	223.721	198.184		
Intangível	9	79.226	29.074		
		307.347	231.658		
Total do ativo		3.160.204	6.325.385		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Fornecedores		119.128	62.957		
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.048.049	986.099		
Tributos e contribuições sociais	11	193.899	246.387		
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	12.b	215.307	429.610		
Outras contas a pagar		30.297	30.297		
		1.606.680	1.755.350		
Não Circulante					
Provisão para contingências		-	425.550		
Patrimônio líquido					
Capital social	12	932.801	848.000		
Reserva legal	12.a	169.600	169.600		
Reserva de lucros		-	3.126.884		
Prejuízos acumulados		(964.076)	-		
		138.325	4.144.484		
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.415.199	-		
Total do Patrimônio Líquido e AFAC		1.553.224	4.144.484		
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.160.204	6.325.385		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais)				
	Nota explicativa	2015	2014	
Receita líquida de vendas	13	6.334.239	11.457.434	
(-) Custo dos produtos vendidos	14	(1.086.490)	(1.086.490)	
(=) Lucro bruto		4.769.095	10.370.944	
(+/-) Despesas/receitas operacionais				
Gerais e administrativas	15	(1.769.824)	(1.193.956)	
Despesas com pessoal	16	(7.095.172)	(5.538.950)	
Outras receitas / despesas operacionais		389.981	(425.204)	
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		(8.475.015)	(7.158.110)	
Resultado Financeiro	17	133.967	142.084	
(=) Resultado financeiro líquido		133.967	142.084	
(=) Lucro antes do imposto de Renda e Contribuição Social		(3.571.953)	3.354.918	
(-) Imposto de Renda e contribuição Social	18	-	-	
(=) Lucro antes das participações e da reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio		(3.571.953)	3.354.918	
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio a pagar		(253.302)	-	
(=) Lucro/(Prejuízo) do exercício		(3.825.255)	3.354.918	
Lucro/(prejuízo) por ação		-	-	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais)		
	2015	2014
Lucro/(prejuízo) do exercício	(3.825.255)	3.682.445
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(3.825.255)	3.682.445

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais)		
	2015	2014
(=) Lucro/(Prejuízo) do exercício	(4.250.806)	3.354.918
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	64.030	41.613
Imposto de renda compensado	-	-
Baixa de bens intangíveis que não afetam caixa	-	38.078
	(4.186.776)	3.434.610

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais)		
	2015	2014
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento) no contas a receber	3.041.714	(521.174)
(Aumento) Redução Adiantamentos	(33.322)	(1.148)
(Aumento)/diminuição nos impostos a recuperar	41.239	(42.645)
(Aumento) Redução Depósitos judiciais e caução	-	43.100
(Aumento) Redução Despesas antecipadas	(101)	449
(Aumento) Redução Outros Créditos	-	9.921
Aumento/(diminuição) em fornecedores	56.171	(195.455)
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e sociais	61.950	259.865
Aumento (Redução) Obrigações fiscais	(52.489)	74.987
Aumento (Redução) Obrigações Provisionadas	-	425.550
Aumento em outras contas a pagar	132.937	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(938.677)	3.488.060
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate das aplicações financeiras restritas	-	-
Aquisição de imobilizado	(139.720)	(114.489)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(139.720)	(114.489)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.500.000	-
Pagamento de dividendos	(612.694)	(2.355.151)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(123.101)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	887.306	(2.478.252)
Aumento/(redução) líquido de caixa	(191.338)	895.318
Caixa no início do período	1.051.447	156.129
Caixa no final do período	860.108	1.051.447
Aumento/(redução) líquido de caixa	(191.338)	895.318

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 findas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A OSX Telecomunicações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com Sede em Brasília, Distrito Federal. O objeto da sociedade é a exploração dos ramos de elaboração de programas de computadores, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração, treinamento e manutenção de programas de computação e bancos de dados; prestação de serviços correlatos e, representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; comercialização de máquinas, equipamentos e materiais de informática, inclusive softwares e todas as demais atividades afins e correlatas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação e apresentação
 As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico PME (R) (Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC-PME (R) exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº 3.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básico. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado.

c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.3.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2014

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva a partir de 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

2.3.2. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras" – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionados ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renovação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IAS 16 e IAS 38 – "Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização", em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - "Receitas" e a IAS 11 - "Contratos de construção" e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Reconhecimento da receita e aplicação do resultado

A Companhia devido à modalidade dos serviços prestados (Elaboração de programas de computadores, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, entre outros), fatura sua receita operacional após a aprovação dos clientes pelos serviços executados, ocorrendo principalmente no mês seguinte ao da prestação dos serviços, o mesmo não acontece com relação às despesas correlacionadas. O registro contábil dos serviços executados ocorre principalmente, após autorização do faturamento dos serviços prestados, com a devida emissão da Nota Fiscal, que ocorre principalmente no mês subsequente à realização dos serviços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Quanto à provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber

d) Impostos a recuperar

Basicamente compostos por créditos tributários decorrentes substancialmente de antecipações de tributos atualizados monetariamente pelos índices oficiais, reduzidos de provisão para realização, quando necessário.

e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Imobilizado

Registrados pelos custos de aquisição, formação ou construção, deduzidos da respectiva depreciação dos ativos, que é calculada de acordo com as taxas fiscais de depreciação pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 7.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/prejuízo acumulados	Total	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido e AFAC
Saldo em 31 de dezembro de 2013	848.000	38.471	2.010.551	-	2.897.022	-	2.897.022
Lucro do exercício	-	-	-	3.354.918	3.354.918	-	3.354.918
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(96.905)	(96.905)	-	(96.905)
Constituição da reserva legal	-	131.129	(131.129)	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(2.010.551)	-	(2.010.551)	-	(2.010.551)
Constituição da reserva de lucros	-	-	3.258.013	(3.258.013)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	848.000	169.600	3.126.884	-	4.144.484	-	4.144.484
Integralização/Subscrição	84.801	-	-	-	84.801	-	84.801
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.825.255)	(3.825.255)	-	(3.825.255)
Dividendos ou Lucros Distribuídos	-	-	(265.705)	-	(265.705)	-	(265.705)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	1.415.199	1.415.199
Reversão da reserva de lucros	-	-	(3.825.255)	3.825.255	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2015	932.801	169.600	(964.076)	-	138.325	1.415.199	1.553.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada, que é calculada de acordo com as taxas fiscais de amortização pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 8.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (25% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240.000 por ano e 9% de CSLL). A Companhia não possui Prejuízos Fiscais para serem compensados, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável.

A Companhia aproveita o incentivo fiscal de que trata a Lei nº 11.196/95 (Lei do Bem) para inovação tecnológica, deduzindo para efeito de apuração do lucro líquido o valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, podendo ainda, excluir o valor correspondente a até 60% desses dispêndios na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, vide nota explicativa nº 17.

4.4 – Instrumentos Financeiros – Gestão de Risco

A Companhia poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- risco de liquidez;
- risco de crédito;

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2015 se aproximam dos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Risco de Liquidez

O risco

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

OSX Telecomunicações S.A.

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da **OSX Telecomunicações S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva por limitação

A Companhia não adotou a revisão da vida útil do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 e pela interpretação Técnica ICPC 10, portanto, decidindo continuar depreciando o saldo do ativo imobilizado utilizando as taxas permitidas pela legislação tributária. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e despesa de depreciação, nos montantes de R\$224 mil e R\$64 mil, respectivamente, bem como seus respectivos reflexos tributários advindos deste tema em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia adota como prática contábil o reconhecimento de suas receitas mediante a emissão dos documentos fiscais de faturamento e não no momento da efetiva prestação dos serviços, nesse contexto, as receitas não estão sendo reconhecidas simultaneamente aos respectivos custos e despesas. Consequentemente, não nos foi possível avaliar se havia necessidade de ajustar os saldos da receita de prestação de serviços e do contas a receber, em 31 de dezembro de 2015, caso as receitas fossem reconhecidas no momento da efetiva prestação dos serviços.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva por limitação”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OSX Telecomunicações S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da OSX Telecomunicações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, utilizados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 09 de abril de 2015, contendo ressalvas quanto aos mesmos assuntos relacionados acima e ressalva quanto aos seguintes assuntos: i) Parecer desfavorável do MCTI Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação referente a lei nº 11.196/2005, regularizado neste exercício; ii) Ausência de resposta de circularização do Banco do Brasil, recebido neste exercício.

Brasília, 17 de fevereiro de 2016

BDO **BDO RCS Auditores Independentes SS**
 CRC 2 SP 013846/O-1 – S - DF

Alfredo Ferreira Marques Filho
 Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
 Contador CRC 1GO 014.553/O-0 – S - DF